

AUTO-GESTÃO

*** Roberto Rodrigues**

Uma das maiores vitórias da história recente do cooperativismo brasileiro foi inserir na Constituição de 1988 o artigo que garantiu a auto-gestão para o movimento.

Foi uma luta de muitos anos liderada pelo então presidente da OCEPAR, Guntolf Van Kaick.

Até que este feito fosse alcançado, para se criar uma cooperativa era necessária uma AF – Autorização de Funcionamento – “concedida” pelo Governo Federal através de alguns órgãos de controle: o SENACOOOP – Secretaria Nacional de Cooperativismo – do Ministério da Agricultura, era o responsável por esta liberação, que antes havia sido o INCRA.

Mas para conseguir a AF, os interessados tinham que provar que a cooperativa tinha viabilidade econômica, precisavam enviar à SENACOOOP a ata de constituição da cooperativa e os nomes dos dirigentes eleitos. E se algum nome não passasse pelo crivo dos órgãos de governo, nada feito e a cooperativa não podia funcionar. Tratava-se de uma exceção odiosa, visto que qualquer outro tipo de empresa poderia funcionar, bastando para isso registrar-se na Junta Comercial do Município sede.

E tinha mais: todos os anos cada cooperativa do país era obrigada a enviar à SENACOOOP a ata de AGO de prestação de contas, com balanço e aprovação do Conselho Fiscal e dos Cooperados. E se o governo encontrasse qualquer “peninha”, podia intervir na cooperativa, destituindo a diretoria eleita e nomeando interventor.

A Auto-gestão era, portanto uma declaração de independência em relação ao Estado e este é um dos mais importantes princípios do cooperativismo, desde priscas eras.

Depois da dura luta durante o período Constituinte, e da extraordinária vitória, o sistema OCB tratou de trabalhar o tema da auto-gestão, correndo contra o tempo para formar recursos humanos que garantissem a aplicação do novo modelo.

Muito difícil este processo, uma vez que os gerentes e funcionários graduados das cooperativas eram recrutados no mercado, onde o valor central é o lucro, e não a prestação de serviços. A formação de gente só se consolidou com o SESCOOP, anos depois.

Isso me lembra um fato pitoresco. Eleito presidente de uma pequena cooperativa de produtores de cana no interior de São Paulo em 1973, no meio de uma grave crise do setor, tratei de criar mecanismos de prestação de serviços que permitissem aos associados um mínimo de condições de sobrevivência e progresso.

Organizei um setor comercial de insumos (fertilizantes e defensivos) e peças de máquinas agrícolas, passamos a produzir mudas de cana num viveiro da cooperativa, prestamos assistência técnica e a empresa cresceu. E precisou de gente, que fui buscar no mercado, inclusive para uma cooperativa de crédito

rural que criei em 1975. Mas no mercado não tinha gente treinada em cooperativismo e isso era fundamental.

Pois bem. Todo sábado pela manhã eu reunia todos os funcionários da cooperativa, desde o superintendente até a moça que servia o café, e dava aulas de cooperativismo. Falava da história, da doutrina, da diferença cooperativa. As pessoas tinham que saber que não trabalhavam em uma empresa qualquer, mas numa cooperativa, instrumento do cooperativismo, doutrina com valores e princípios universais. E com isso montei uma excelente equipe, que fez uma grande cooperativa. Auto-gestão!

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA).**